

# A RELEVÂNCIA DA MARINHA NA CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

## e o contexto geopolítico atual

Ricardo Pereira Cabral \*

*Alocução proferida durante a Sessão Solene alusiva ao Dia da Independência do Brasil*

### CONTEXTO HISTÓRICO EUROPEU

Em 1822, o mundo ocidental ainda sentia os reflexos do movimento Iluminista, das Guerras da Revolução e do Império Francês que difundiram os ideais políticos do liberalismo e do nacionalismo. As tropas francesas criaram uma onda liberal que varreu o absolutismo de boa parte da Europa e liberou as forças sociais e políticas da classe média ávida para participar do processo político e as forças centrífugas do nacionalismo em ascensão. Todo esse movimento político teve grande impacto nas Américas; podemos afirmar que o movimento percussor foi a Revolução Americana (1765-1791) criando uma república

de acordo com o ideário político iluminista e serviu de inspiração para os movimentos de independência nas Américas.

O exemplo da Revolução Americana, o enfraquecimento dos Impérios Espanhol e Português provocado pelas invasões napoleônicas estimularam as populações americanas a buscarem a emancipação política de suas metrópoles. Com relação à questão da independência das colônias luso-espanholas, o apoio do Império Britânico a esses movimentos foi fundamental para o sucesso.

A partir de 1810 ocorreu uma série de rebeliões vitoriosas que expulsaram os espanhóis das Américas as quais destacamos a Venezuela (1810), Paraguai (1811), Províncias Unidas do Rio da Prata (1816), Chile (1818), Grã Colômbia (1819), Peru (1821) e Bolívia (1822).

Em 1815, esses movimentos de independência na América Espanhola levaram D. João VI a pro-



curar atender as demandas brasileiras por maior autonomia econômica e participação política nos assuntos nacionais que levou a elevação do Brasil à condição de Reino Unido com Portugal.

## O BRASIL NO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA

Desde fins do século 17, o Brasil viu surgirem movimentos que reivindicavam a independência, dos quais destacamos a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolução Pernambucana (1817) e o Movimento Constitucionalista (1821), em Pernambuco. Neste período já estava se configurando um cenário de conflito de interesses entre a colônia e a metrópole. As maiores demandas da elite colonial eram a falta de participação política dos colonos nas decisões relativas ao Brasil e os entraves ao livre comércio e ao desenvolvimento das manufaturas que impediam o progresso colonial.

A vinda da família real portuguesa fugindo da invasão francesa (1808) provocou uma série de mudanças na estrutura governamental com a instalação de vários órgãos administrativos portugueses e a revogação de várias medidas restritivas ao desenvolvimento colonial. De certa forma, a instalação do governo do Reino no Rio de Janeiro abriu espaço para uma tímida participação dos locais na alta direção do reino.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido por D. João VI (1815) tinha como um dos objetivos políticos reduzir os anseios pela independência ao mesmo tempo que fortalecia a posição portuguesa no Congresso de Viena.

Toda a construção política para manter Brasil e Portugal unidos foi destruída pela Revolução Liberal do Porto (1820). Se, por um lado, a revolução buscava o fim do absolutismo e a instalação de uma monarquia constitucional, por outro por motivos políticos e econômicos visavam revogar o estatuto do Reino do Brasil e a reinstauração do pacto colonial, medida inaceitável para os brasileiros.

Em 1822, o Reino do Brasil possuía por volta de 4.479 milhões de pessoas, grande parte composta por escravos e mestiços. A maior parte da população se concentrava nas cidades litorâneas. O interior era pouco habitado, existiam poucas localidades que se poderia chamar de cidades no interior

e as maiores estavam localizadas, principalmente, em São Paulo e Minas Gerais. As expedições patrocinadas pelo Estado e particulares haviam alargado o território sobre domínio nominal da Coroa portuguesa, mas seu controle era precário, não existiam estradas e as grandes distâncias entre os vários núcleos urbanos faziam da navegação costeira o meio mais rápido de comunicação.

Apesar da estrutura burocrática administrativa portuguesa tender à centralização, as várias províncias mantinham vínculos e estatutos próprios em relação à metrópole e a autoridade do príncipe D. Pedro era mais nominal e simbólica, do que uma realidade.

A sociedade era profundamente desigual, composta majoritariamente por negros escravizados e mestiços. Homens livres de várias categorias sociais nascidos na terra controlavam boa parte da riqueza agrária, enquanto que os reinóis controlavam os principais cargos políticos e militares. Existia uma “classe média” constituída de comerciantes, profissionais liberais, proprietários de terra, mineradores etc.

A identidade nacional, o sentimento de nacionalismo e o patriotismo estavam em processo de desenvolvimento; no período da independência não existia uma consciência nacional.

Em relação à economia, a mineração estava em decadência absoluta, a colônia e depois vice-reino dependia das grandes propriedades agroexportadoras, a manufatura sofria todo o tipo de embargo e era pequena e pouco desenvolvida.

## O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

A crise política desencadeada pelo “Dia do Fico”, em 9 de janeiro de 1822, precipitou uma série de medidas visando dar ao Príncipe D. Pedro o controle efetivo do Reino do Brasil, algo improvável sem que tivesse as forças militares sob seu comando. O regente teve que mudar o comando e expulsar para Portugal todos os agentes civis e militares que questionavam sua autoridade. Se isso foi possível no Rio de Janeiro, no Norte e Nordeste a sua autoridade era muito questionada. A organização de novas forças militares leais ao príncipe era fundamental.

Após a declaração de independência, D. Pedro tratou de assegurar o controle do núcleo dinâmi-

co do Brasil, o tripé São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais, cujas elites estavam, majoritariamente, interessadas na emancipação política do Brasil. Este núcleo foi a base política e econômica que permitiu a D. Pedro organizar as forças navais necessárias para apoiar as operações em terra, deslocar as tropas pelo País, controlar as linhas de comunicação marítimas que interligavam o País e derrotar a esquadra portuguesa.

As províncias do Norte e parte da província Cisplatina permaneciam leais às Cortes portuguesas. No Nordeste, a região açucareira (Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba), Ceará e Piauí (áreas econômicas periféricas), Bahia (a economia mais diversificada da região), o Maranhão (grande produtor de algodão) e o Pará (entrada para a região amazônica) eram muito ligados às correntes mercantis metropolitanas e mantinham fortes laços com a aristocracia e a nobreza portuguesa, pois eram favorecidas pela proximidade marítima e consolidadas correntes comerciais.

Neste sentido o esforço militar deveria ser feito no Nordeste, cujas lealdades à causa da independência, grosso modo, estavam um tanto quanto divididas. Dependendo da província, as elites eram mais fiéis às Cortes enquanto que as camadas populares mais devotadas à causa da emancipação política.

A estrutura administrativa criada por D. João VI no Brasil era praticamente a mesma que existia em Portugal, a maioria era composta por portugueses (oficiais e praças) cuja lealdade, a medida que a Independência do Brasil se tornava inexorável, passou a ser, para dizer o mínimo, duvidosa, como ocorreu em vários episódios no decorrer da guerra de independência.

A estrutura organizacional da Marinha Imperial foi herdada da Armada Real e a infraestrutura composta pelos arsenais de marinha distribuídos no litoral das principais províncias, com todas as suas limitações, era capaz de fazer a manutenção, reparos e construir navios, colaborando de forma decisiva nas operações navais brasileiras.

Com a declaração da independência, as unidades da Armada Real no Rio de Janeiro ficaram sob o controle de D. Pedro e formaram o núcleo da Marinha Imperial. A esquadra era composta por quinze navios de guerra (fragatas, corvetas, bri-

gues, canhoneiras e escunas). A fim de aumentar a esquadra, o governo brasileiro recorreu à recuperação de navios de guerra portugueses fora de serviço, empréstimos, doações de patriotas e navios apresados dos portugueses.

Com relação ao pessoal, a grande maioria das tripulações era constituída de oficiais e praças portugueses e alguns poucos brasileiros. A lealdade desse pessoal era duvidosa, faltavam oficiais subalternos e marinheiros experientes. A fim de preencher essa lacuna, Felisberto Caldeira Brant foi acionado para contratar pessoal em disponibilidade que havia servido à Marinha Real Britânica. Para comandar a Esquadra Imperial, José Bonifácio contratou Lord Thomas Cochrane (sugestão de Caldeira Brant), que estava no Chile. O governo recrutou outros oficiais tais como David Jewtt (norte-ameiricano), John Taylor, Thomas Crosbie, John Pascoe Grenfell, James Shepherd, Stephen Clewley entre outros.

### **ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA NA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA**

A organização de uma poderosa Marinha Imperial era considerada fundamental para assegurar a unidade de um país com mais de 7.500 km de litoral, cujas regiões se interligavam, basicamente, pela via marítima.

A liderança militar brasileira decidiu controlar as linhas de comunicações marítimas entre Brasil e Portugal, impedir que os reforços portugueses desembarcassem nas cidades ainda controladas pelos portugueses, e combater os navios portugueses.

Na Cisplatina, havia um esquadrão brasileiro comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes bloqueando os portugueses em Montevideú, enquanto eram assediadas por terra pelas tropas do Exército Imperial e milícias comandadas pelo General Carlos Frederico Lencor. A princípio, a situação estava sob controle, o que permitiu que o esforço da Marinha Imperial se concentrasse no Norte e no Nordeste onde a situação exigia maiores esforços.

No Nordeste, o principal foco de resistência era a Bahia e para lá foi enviado o Almirante Cochrane. Salvador estava nas mãos das forças portuguesas comandadas pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo. A cidade estava sitiada por terra

pelas forças brasileiras sob o comando do general Pierre Labatut. As forças navais, sob o comando do Segundo Tenente João Francisco de Oliveira Bottas, bloqueavam a Ilha de Itaparica.

A força naval portuguesa, sob o comando do Chefe de Divisão Félix dos Campos, era composta por uma nau, duas fragatas, uma escuna, uma charrua, cinco corvetas, um brigue e uma sumaca. A posição portuguesa em terra era complicada, mas a superioridade naval mantinha abertas as comunicações marítimas. A esquadra lusa representava uma grande ameaça estratégica e precisava ser neutralizada.

Em 1º de abril de 1823, Cochrane partiu do Rio de Janeiro com uma esquadra composta por: uma nau, uma fragata, duas corvetas, um brigue-escuna e um brigue. Sua missão era bloquear a cidade de Salvador e demais localidades sob controle dos portugueses e destruir a esquadra inimiga.

No dia 4 de abril, a Fragata “Niterói”, sob o comando do Capitão de Fragata John Taylor, seguiu para a Bahia e, no dia seguinte, mais um brigue-escuna e dois brulotes tomaram o mesmo rumo.

No dia 4 de abril de 1823, deu-se o combate entre as duas esquadras. Cochrane tomou a iniciativa e transmitiu o sinal de “atacar o centro e a retaguarda”. Investiu contra a linha portuguesa com a intenção de cortá-la à altura do oitavo navio e destruir os quatro últimos navios da retaguarda antes que a vanguarda voltasse para intervir no combate, manobra audaciosa bem de acordo com o espírito agressivo do Lord.

A manobra só não foi tão bem-sucedida porque os outros navios que deviam acompanhá-lo foram vítimas de motim dos marinheiros portugueses que compunham as tripulações, o que forçou a retirada da Esquadra Brasileira.

Novos combates aconteceram ao longo do mês de maio com vantagem estratégica dos brasileiros, já que Felix dos Campos não se afazia ao mar para o combate. No lado brasileiro, as reclamações de Cochrane sobre a lealdade dos marinheiros e da falta de material levaram o governo do Rio de Janeiro a enviar suprimentos, armamento e munição, como também oficiais e marinheiros ingleses.

O bloqueio naval tornou a situação dos portugueses em Salvador insustentável, levando-os a abandonar a cidade em 2 de junho de 1823. Co-

chrane mandou alguns navios da esquadra perseguir os portugueses e apreender o maior número possível de embarcações, tropas e equipamentos, além de impedir o desembarque em outras províncias. A operação foi um sucesso e dos 65 navios que saíram de Salvador, apenas dezesseis navios de guerra e 23 mercantes chegaram a Lisboa.

Após o êxito na Bahia, Cochrane enviou elementos da Esquadra Imperial para Pernambuco, Maranhão e Pará. Todas as ações foram bem-sucedidas e as províncias aderiram à causa da Independência e reconheceram a autoridade do Príncipe D. Pedro. Com o sucesso no Norte, as atenções se voltaram para a Cisplatina, Cunha Moreira enviou reforços: uma corveta e três brigues que, por fim, forçaram a retirada dos portugueses.

A Guerra da Independência confirmou o papel fundamental da Marinha Imperial para a vitória e manutenção da unidade territorial. Com relação à campanha naval, devemos destacar a visão estratégica da liderança política e militar que superou as limitações de pessoal, material e recursos.

## OS PERSONAGENS

Destacamos abaixo alguns personagens muito importantes para a organização da Marinha Imperial e a Campanha da Independência.

A participação de D. Pedro e Dona Leopoldina foram fundamentais como símbolos da unidade nacional para as articulações políticas e a organização das Forças Armadas.

José Bonifácio se empenhou para a criação de uma Marinha com capacidade de fazer a guerra no mar contra os portugueses. Na visão de Bonifácio, a Marinha era o elemento essencial para garantir a independência do Brasil e manter a unidade territorial. O estadista era um visionário, propondo medidas para um país moderno e interligado, levar a capital para o centro do País, ocupar e desenvolver o interior, o fim da escravidão e integração social de negros e índios, visando construir uma nação forte e unida, com base no que chamava de “bem comum”.

Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, diplomata e principal agente brasileiro no Reino Unido, atuando como diplomata naquele país, foi o principal responsável pela contratação

de oficiais e marinheiros, compra de navios, armamento e munição para as forças brasileiras.

Almirante Luís da Cunha Moreira organizou a Marinha Imperial a partir das estruturas deixadas pelos portugueses e depois, com a incorporação de oficiais e praças ingleses, soube amalgamar as culturas navais em uma marinha combativa, criativa e destemida.

Lord Thomas Cochrane, oficial naval britânico de muito sucesso nas guerras contra o Império Napoleônico, foi contratado por José Bonifácio para comandar a Esquadra Imperial na Guerra de Independência, sendo responsável pela libertação da Bahia, Maranhão e Pará, assegurando a integridade territorial brasileira.

### A GEOESTRATÉGIA NA CAMPANHA DA INDEPENDÊNCIA

Após a luta para romper os laços coloniais, podemos afirmar que a independência é conquistada no dia a dia até hoje.

A Guerra da Independência levou o governo brasileiro à construção de vários navios em estaleiros brasileiros (Rio de Janeiro, Bahia e Pará) e no exterior; algo que, em parte, se perderia com passar dos anos. O pessoal forjado na campanha daria início a uma tradição naval fundamentada “na disciplina, audácia e na confiança da vitória”.

Esse é um ponto importante: a necessidade de se manter uma Marinha no mesmo patamar da estatura política, econômica e estratégica do País, mantendo uma capacidade de dissuasão crível.

### CONCLUSÕES PARCIAIS

Em termos geoestratégicos, a grande extensão do litoral colocava o País diante da necessidade de envidar esforços para manter uma esquadra com um número maior de meios navais e instalações logísticas a fim de oferecer apoios para as operações navais. Também estávamos diante de um dilema, a concentração dos principais meios no Rio de Janeiro não eliminava a necessidade de navios de guerra suficientes para defender a foz do Rio da Prata, do Rio Amazona e do Saliente Nordestino. Outra questão importante era que o imenso território brasileiro, mesmo com suas linhas de comunicação precárias para o interior, diminuía a

eficiência de um bloqueio naval, daí a necessidade de uma infantaria naval mais robusta para se juntar às tropas do Exército que se deslocavam para reforçar regiões ameaçadas.

Estamos diante de um período de transição da Ordem Mundial com enfraquecimento das instituições internacionais e o respeito ao direito internacional. Novos polos de poder forçam para uma ordem internacional multipolar com as grandes potências. Estão procurando criar zonas de influência constituídas de países subordinados e dependentes, ou seja, vassalos. A conjuntura internacional é volátil, instável, complexa e ambígua, e, para fazer frente a este cenário de incerteza, os gastos militares mundiais têm aumentado consideravelmente.

A geopolítica contemporânea praticamente nos impõe a necessidade de uma força naval com capacidade de dissuasão no entorno estratégico brasileiro, uma organização mais descentralizada e uma força de combate com projeção de poder para fazer guerra em múltiplos domínios, ou seja, uma força compatível com a estatura estratégica do País no sistema internacional.

Resumindo: se o Brasil não estiver sentado à mesa, com certeza estará no cardápio! ■

#### NOTA

(1) <https://oglobo.globo.com/economia/populacao-brasileira-aumentou-mais-de-40-vezes-em-quase-dois-seculos-14108442>

#### BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Robert Wagner Porto. A Esquadra da Independência e a consolidação do Estado Brasileiro: 200 anos em perspectiva histórica> Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2023.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- História Naval Brasileira, 3ª Vol., Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020
- NETO, Hélio Franchini. Independência e Morte. Política e Guerra na Emancipação Política do Brasil 1821-1923. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019
- PEREIRA, José Antônio Rodrigues; CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. Da Armada Real a Marinha Imperial. As unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020.

---

\* Professor Doutor